



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA Nº 01/2022 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA MENSAGEM EXECUTIVA Nº 007/2022 QUE ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 795/82 QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE SOLO – DIA 22 (VINTE E DOIS) DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte dois, às quatorze horas, na Sala de Sessões Joaquim de Deus Nunes, Plenário da Câmara Municipal, foi aberta a presente Audiência Pública pelo Presidente em exercício Diego Wolter em conformidade com o edital nº 003/2022, audiência solicitada pela Comissão de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, para tratar acerca da Mensagem Executiva nº 07/2022 – Altera a Lei Municipal nº 795/82 que dispõe sobre o Parcelamento de Solo, foram convidados a compor a Mesa Secretário de Ações Estratégicas Mauro Silveira, servidor Michel Aldrighi, Miguel Lessa representando a OAB e os engenheiros Telma Camargo e Alexandre representando o executivo. Presentes os vereadores Jardel Oliveira, Carlos Eduardo Martins, Cesar Madrid, Oraci Teixeira, Ildo Venzke, Arion Braga e Paulo Bauer. Foi concedida a palavra ao Arion Braga que fez sua saudação aos convidados presentes e falou sobre a expectativa pelo conhecimento técnico a ser repassado, manifestou-se Paulo Bauer que falou das atividades da Comissão e o entendimento pela necessidade de esclarecimentos por parte dos profissionais da área. Manifestou-se a engenheira Telma que esclareceu os procedimentos a serem realizados quanto às áreas de matrícula única com parte em zona urbana e parte em zona rural, informou que houve consulta ao órgão de assessoria do executivo, a DPM, que orientou pela viabilidade desta matéria. Manifestou-se Miguel Lessa que falou da importância do debate e do comprometimento da OAB quanto às causas que envolvem a comunidade. Falou sobre a legislação existente quanto ao tema, evidenciando as diferentes realidades existentes em cada região do país, sinalizou o crescimento desordenado que vêm ocorrendo em nosso município, fato que poderia ser amenizado com as alterações na legislação atual. Manifestou-se Mauro Silveira que falou sobre as características da matéria apresentada, esclareceu que a legislação utilizada pelos técnicos da administração atualmente impede que seja feito loteamento na área rural. Afirmou que o projeto vem para simplificar e viabilizar o trâmite legal para aqueles que têm esse interesse, não prejudicando àqueles que desejam se manter na zona rural. Elogiou a atuação das equipes de meio ambiente, avaliando a possibilidade de avanços com o diálogo iniciado. Manifestou-se o servidor Michel, representando o Secretário Renato Morales, que falou sobre os problemas que vêm sendo enfrentados, frisando que os loteamentos que possuem parte de suas áreas em zona rural não se enquadram na legislação atual, prejudicando as regularizações, por isso a necessidade de adequação da lei aos interesses da administração e dos proprietários, enfatizou as questões relativas à comercialização e



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

valorização destas novas áreas, sendo que deve haver harmonia com a legislação ambiental vigente no município. Manifestações populares: Samuel Silva, representando a empresa Jaques Oliveira Imóveis, citou os loteamentos em andamento no município e os novos empreendimentos que virão com a alteração da legislação, afirmou que estas alterações irão melhorar as condições de investimentos dentro do município. Manifestou-se o senhor Michel, representando a empresa Colina Urbanismo, que falou sobre os investimentos que vêm sendo realizados no município e a necessidade de adequação da legislação para agilizar negócios a serem efetivados, gerando maior renda e desenvolvimento para o município. Manifestou-se o engenheiro Guilherme Lessa, representando grupo de engenheiros da Acican, que falou de suas dúvidas quanto à delimitação e demarcação definida de onde é perímetro urbano e onde fica o perímetro rural. Afirmou que as áreas deveriam estar georreferenciadas, havendo a preservação da legislação ambiental vigente. Miguel falou sobre o trabalho do plano diretor, afirmando que há necessidade de realizar levantamento das inconsistências que possam ocorrer. Jardel Oliveira afirmou que deveriam ser convidados outros profissionais da área, como o responsável pelo Plano Diretor. Reafirmou a necessidade de gravação das audiências. Parabenizou a Comissão de Constituição e Justiça pela iniciativa de propor a audiência. O Presidente Diego esclareceu que os convites foram feitos em conformidade com o regimento interno da Casa, sendo dada ampla divulgação aos interessados. Arion questionou alguns artigos do projeto como as situações daqueles que têm interesse em fazer o loteamento. Sugerindo inclusão de artigo específico que trará a opção de evitar loteamentos irregulares. Questionou sobre área edificada que será objeto de cobrança do IPTU, deixando a sugestão para construção de uma emenda. Mauro afirmou que os debates estão sendo realizados de forma respeitosa no sentido de construir uma solução adequada à questão existente. Manifestou a disposição do executivo em acatar as alterações propostas pelos vereadores. Diego agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a presente audiência pública, sendo que eu Tatiane Böhm do Espírito Santo – Oficial de Recursos Humanos, designada para a função, lavrei a presente ata, que foi devidamente aprovada e será assinada pelo presidente da Comissão. //////////////////////////////////////

DIEGO WOLTER

Presidente

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA!”